



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MATO GROSSO
Rua 5 Quadra 13 Lote 02, - Bairro Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, CEP 78049-916
Telefone: (65) 3021-8200 - Site: www.crcmt.org.br E-mail: crcmt@crcmt.org.br

NLL – TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Processo nº 9079619110000716.000006/2026-78

Informações Básicas

Número do Processo: 03/2026

UASG: 927577-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MATO GROSSO/CRCMT

Outras Informações

Categoria: II - compra, inclusive por encomenda.

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 3 (três) veículos, sendo do tipo SUV (sport utility vehicle) e SEDAN zero quilometro, especificamente 1 (um) Sedan Médio Executivo, 1 (um) veículo SUV Porte médio na cor preta destinado à Administração do CRCMT e 1 (um) veículo SUV Porte médio na cor branca destinada ao setor de fiscalização do CRCMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Sedan Médio Executivo					
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIDADE DE MEDIDA	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
		Veículo novo, zero quilômetro, Sedan Porte Médio 04 (quatro) portas, ano e modelo 2026 ou superior; Combustível: Flex Cor: preta; Botão Start/Stop para partida sem chave ou chave presencial; Primeiro emplacamento (Órgão Público – Placa Mercosul/Brasil), conforme Deliberação nº 64/2008 CONTRAN; Motor com potência mínima de 150 cv; Peso/Torque mínimo de 20 kg/kgfm Capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes;			

1	459806	<p>Transmissão automática;</p> <p>Bancos: os dianteiros, individuais reclináveis com apoio de cabeça ajustável, sendo o do motorista com regulagem de altura, e os traseiros laterais com apoio de cabeça, de acordo com homologação dos órgãos competentes;</p> <p>Freios ABS com EBD;</p> <p>Faróis com refletores duplos;</p> <p>Tração dianteira ou sob demanda nas 04 (quatro) rodas;</p> <p>Distância entre eixos mínima de 2.680 mm;</p> <p>Altura mínima do solo de 134 mm;</p> <p>Comprimento mínimo de 4630 mm</p> <p>Largura mínima de 1780 mm</p> <p>Altura mínima de 1455 mm</p> <p>Porta-malas com capacidade mínima de 450 (quatrocentos e cinquenta) litros, considerando os bancos em posição para 05 (cinco) passageiros;</p> <p>Bolsas de ar infláveis (Airbags) frontais, laterais e de cortina;</p> <p>Cintos de segurança dianteiros retráteis de 03 (três) pontos com regulagem de altura, e cintos traseiros laterais com 03 (três) pontos;</p> <p>Travas, vidros das portas dianteiros e traseiros e espelhos retrovisores (lados direito e esquerdo) com controles elétricos;</p> <p>Sensor de estacionamento dianteiro e traseiro e câmera de ré;</p> <p>Sistema multimídia com tela <i>touchscreen</i> e espelhamento da tela do celular e/ou GPS integrado;</p> <p>Sistema de alarme antifurto;</p> <p>Direção elétrica ou hidráulica;</p> <p>Condicionador de ar quente e frio, com saída para os bancos traseiros;</p>	1	R\$ 204.594,50	R\$ 204.594,50
---	--------	---	---	----------------	----------------

	<p>Desembaçador elétrico do vidro traseiro;</p> <p>Faróis com acendimento automático;</p> <p>Jogo de tapetes de borracha ou original do veículo;</p> <p>Rodas de liga leve de no mínimo 17" (dezessete polegadas);</p> <p>Tanque de combustível com capacidade mínima de 45 (quarenta e cinco) litros;</p> <p>Demais equipamentos de série não especificados e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, todos em conformidade com o PROCONVE (Programa Nacional de Controle da Poluição por Veículos Automotores).</p>			
--	---	--	--	--

Suv Porte Médio					
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIDADE DE MEDIDA	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
		<p>Veículo novo, zero quilômetro, SUV, 04 (quatro) portas, ano e modelo 2026 ou superior;</p> <p>Combustível: Flex</p> <p>Cor: preta;</p> <p>Botão Start/Stop para partida sem chave ou chave presencial;</p> <p>Primeiro emplacamento (Órgão Público – Placa Mercosul/Brasil), conforme Deliberação nº 64/2008 CONTRAN;</p> <p>Motor com potência mínima de 117 cv;</p> <p>Peso/Torque mínimo de 55,2 kg/kgfm</p> <p>Capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes;</p> <p>Transmissão automática;</p> <p>Bancos: os dianteiros, individuais reclináveis com apoio de cabeça ajustável, sendo o do motorista com regulagem de altura, e os</p>			

2	486536	<p>traseiros laterais com apoio de cabeça, de acordo com homologação dos órgãos competentes;</p> <p>Freios ABS com EBD;</p> <p>Tração dianteira;</p> <p>Distância entre eixos mínima de 2.570 mm;</p> <p>Altura mínima do solo de 161 mm;</p> <p>Comprimento mínimo de 4304 mm;</p> <p>Largura mínima de 1790 mm;</p> <p>Altura mínima de 1620 mm;</p> <p>Porta-malas com capacidade mínima de 390 (trezentos e noventa) litros, considerando os bancos em posição para 05 (cinco) passageiros;</p> <p>Bolsas de ar infláveis (Airbags) frontais, laterais e de cortina;</p> <p>Cintos de segurança dianteiros retráteis de 03 (três) pontos com regulagem de altura, e cintos traseiros laterais com 03 (três) pontos;</p> <p>Travas, vidros das portas dianteiros e traseiros e espelhos retrovisores (lados direito e esquerdo) com controles elétricos;</p> <p>Sensor de estacionamento dianteiro e traseiro e câmera de ré;</p> <p>Sistema multimídia com tela <i>touchscreen</i> e espelhamento da tela do celular e/ou GPS integrado;</p> <p>Sistema de alarme antifurto;</p> <p>Direção elétrica ou hidráulica;</p> <p>Condicionador de ar quente e frio;</p> <p>Desembaçador do vidro traseiro;</p> <p>Faróis com acendimento automático;</p> <p>Faróis com refletores duplos;</p> <p>Faróis de neblina;</p> <p>Jogo de tapetes de borracha ou original do veículo;</p>	1	R\$ 170.990,50	R\$ 170.990,50
---	--------	--	---	----------------	----------------

		<p>Rodas de liga leve de no mínimo 17" (dezesesseis polegadas);</p> <p>Tanque de combustível com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) litros;</p> <p>Demais equipamentos de série não especificados e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, todos em conformidade com o PROCONVE (Programa Nacional de Controle da Poluição por Veículos Automotores).</p>		
--	--	---	--	--

Suv Porte Médio					
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIDADE DE MEDIDA	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
		<p>Veículo novo, zero quilômetro, SUV, 04 (quatro) portas, ano e modelo 2026 ou superior;</p> <p>Combustível: Flex</p> <p>Cor: branca;</p> <p>Botão Start/Stop para partida sem chave ou chave presencial;</p> <p>Primeiro emplacamento (Órgão Público – Placa Mercosul/Brasil), conforme Deliberação nº 64/2008 CONTRAN;</p> <p>Motor com potência mínima de 117 cv;</p> <p>Peso/Torque mínimo de 55,2 kg/kgfm</p> <p>Capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes;</p> <p>Transmissão automática;</p> <p>Bancos: os dianteiros, individuais reclináveis com apoio de cabeça ajustável, sendo o do motorista com regulagem de altura, e os traseiros laterais com apoio de cabeça, de acordo com homologação dos órgãos competentes;</p> <p>Freios ABS com EBD;</p> <p>Tração dianteira;</p> <p>Distância entre eixos mínima de</p>			

3	486536	<p>2.570 mm;</p> <p>Altura mínima do solo de 161 mm;</p> <p>Comprimento mínimo de 4304 mm;</p> <p>Largura mínima de 1790 mm;</p> <p>Altura mínima de 1620 mm;</p> <p>Porta-malas com capacidade mínima de 390 (trezentos e noventa) litros, considerando os bancos em posição para 05 (cinco) passageiros;</p> <p>Bolsas de ar infláveis (Airbags) frontais, laterais e de cortina;</p> <p>Cintos de segurança dianteiros retráteis de 03 (três) pontos com regulagem de altura, e cintos traseiros laterais com 03 (três) pontos;</p> <p>Travas, vidros das portas dianteiros e traseiros e espelhos retrovisores (lados direito e esquerdo) com controles elétricos;</p> <p>Sensor de estacionamento dianteiro e traseiro e câmera de ré;</p> <p>Sistema multimídia com tela <i>touchscreen</i> e espelhamento da tela do celular e/ou GPS integrado;</p> <p>Sistema de alarme antifurto;</p> <p>Direção elétrica ou hidráulica;</p> <p>Condicionador de ar quente e frio;</p> <p>Desembaçador do vidro traseiro;</p> <p>Faróis com acendimento automático;</p> <p>Faróis com refletores duplos;</p> <p>Faróis de neblina;</p> <p>Jogo de tapetes de borracha ou original do veículo;</p> <p>Rodas de liga leve de no mínimo 17" (dezesesseis polegadas);</p> <p>Tanque de combustível com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) litros;</p> <p>Demais equipamentos de série não especificados e demais</p>	1	R\$ 170.990,50	R\$ 170.990,50
---	--------	---	---	----------------	----------------

		equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, todos em conformidade com o PROCONVE (Programa Nacional de Controle da Poluição por Veículos Automotores).			
--	--	---	--	--	--

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando as atribuições institucionais do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso – CRCMT, especialmente no que se refere às atividades administrativas, representativas e de fiscalização profissional, faz-se necessária a aquisição de veículos que atendam adequadamente às demandas operacionais, garantindo eficiência, segurança, economicidade e continuidade dos serviços públicos prestados.

Ressalta-se que as atividades do CRCMT envolvem deslocamentos frequentes para reuniões institucionais, visitas técnicas, diligências fiscalizatórias, eventos, atendimento a municípios do interior do Estado e representações em órgãos públicos e privados, muitas vezes em trajetos de longa distância e em estradas estaduais e federais.

3.2. Dessa forma, recomenda-se a aquisição de **03 (três) veículos**, sendo **02 destinados à Administração** e **01 destinado ao setor de Fiscalização**, com especificações distintas conforme a necessidade operacional de cada área

Da Justificativa

3.3. 1. VEÍCULOS DESTINADOS À ADMINISTRAÇÃO

1.1 Veículo Sedan Médio Executivo

Finalidade: uso exclusivo da Presidência e Administração em geral do CRCMT, para deslocamentos institucionais em Cuiabá e Região Metropolitana, incluindo reuniões com órgãos públicos, entidades de classe, instituições parceiras e representações oficiais.

Justificativa Técnica:

O veículo do tipo sedan médio apresenta características adequadas ao transporte institucional urbano, proporcionando conforto, segurança e discrição compatíveis com o exercício de funções representativas. Além disso, possui dimensões apropriadas para circulação em áreas centrais e facilidade de estacionamento, o que favorece a logística de deslocamentos rápidos e frequentes.

Outro ponto relevante é a ergonomia e acessibilidade do veículo, com altura adequada para embarque e desembarque, favorecendo usuários em trajes sociais formais (vestidos, saias e saltos), reduzindo riscos de acidentes e desconforto, especialmente em compromissos oficiais.

Características técnicas recomendadas:

motorização compatível com uso urbano e rodoviário;

câmbio automático;

controle de estabilidade e tração (ESP/TCS);
sistema de frenagem ABS;
airbags frontais e laterais;
sistema de assistência em rampas;
ar-condicionado digital;
porta-malas com capacidade adequada para transporte de documentos e materiais institucionais.

1.2 SUV Porte Médio

Finalidade: uso pela Administração Geral do CRCMT, especialmente em deslocamentos rodoviários e viagens para municípios do interior do Estado, em estradas estaduais e federais.

Justificativa Técnica:

As atividades de fiscalização exigem deslocamentos contínuos e rápidos dentro da área urbana, com necessidade de conforto, agilidade e economia de combustível. Um SUV de porte médio apresenta equilíbrio adequado entre robustez, ergonomia, segurança e praticidade.

Além disso, por possuir maior altura em relação ao solo e melhor visibilidade de condução, este tipo de veículo reduz riscos operacionais no trânsito urbano, melhora a dirigibilidade e proporciona maior conforto para equipes que permanecem longos períodos em deslocamento diário.

Características técnicas recomendadas:

consumo eficiente de combustível (economicidade operacional);
câmbio automático;
controle de estabilidade;
câmera de ré e sensores de estacionamento;
porta-malas suficiente para transporte de materiais de fiscalização;
conforto interno adequado para uso contínuo.

2. VEÍCULOS DESTINADOS À FISCALIZAÇÃO

2.1 SUV Porte Médio –

Finalidade: utilização pelo setor de Fiscalização do CRCMT em atividades urbanas, como diligências, reuniões técnicas, fiscalizações presenciais e visitas a organizações contábeis em Cuiabá e Região Metropolitana.

Justificativa Técnica:

As atividades de fiscalização exigem deslocamentos contínuos e rápidos dentro da área urbana, com necessidade de conforto, agilidade e economia de combustível. Um SUV de porte médio apresenta equilíbrio adequado entre robustez, ergonomia, segurança e praticidade.

Além disso, por possuir maior altura em relação ao solo e melhor visibilidade de condução, este tipo de veículo reduz riscos operacionais no trânsito urbano, melhora a dirigibilidade e proporciona maior conforto para equipes que permanecem longos períodos em deslocamento diário.

Características técnicas recomendadas:

consumo eficiente de combustível (economicidade operacional);
câmbio automático;
controle de estabilidade;
câmera de ré e sensores de estacionamento;
porta-malas suficiente para transporte de materiais de fiscalização;
conforto interno adequado para uso contínuo.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a aquisição dos **03 (três) veículos** se justifica tecnicamente pela necessidade de atender às diferentes demandas operacionais do CRCMT, garantindo:

continuidade e eficiência das atividades administrativas e fiscalizatórias;

segurança institucional e dos servidores em deslocamentos urbanos e rodoviários;

redução de custos indiretos com locações e manutenção emergencial;

melhoria da logística e planejamento das agendas no interior do Estado;

adequação do tipo de veículo às condições das rodovias e à realidade geográfica do Mato Grosso;

melhor transporte de materiais e equipamentos institucionais.

Do Objetivo Esperado.

3.4. Atualizar a frota de veículos para oferecer maior segurança aos usuários e reduzir custo com manutenção corretiva.

3.5. A contratação para a aquisição de novos veículos destinados à administração e fiscalização do CRCMT visa alcançar resultados estratégicos em múltiplas frentes, com destaque para a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos públicos. A substituição parcial da frota atual, composta por veículos totalmente depreciados e com mais de cinco anos de uso, resultará em uma significativa redução dos custos operacionais. Atualmente, a manutenção de veículos antigos gera despesas crescentes e imprevisíveis com reparos corretivos, além de custos indiretos associados à indisponibilidade da frota, que impactam o cronograma e a eficácia das diligências. Com veículos novos e adequados, a previsão é de uma drástica diminuição dos gastos com manutenção, otimizando a aplicação dos recursos financeiros do Conselho e garantindo maior previsibilidade orçamentária.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação se encontram pormenorizados em tópico específico do Estudos Técnicos Preliminares – ETP e pela descrição detalhada (anexo deste TR), apêndices deste Termo de Referência.

Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Veículos que utilizem combustíveis renováveis, inclusive mediante tecnologias tais como “FLEX”, nos termos da Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998;

4.2.2. Veículo que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 2, de 11 de fevereiro de 1993, nº 008/1993, nº 17/1995, nº 242/1998 e nº 272/2000 e legislação superveniente e correlata;

4.2.3. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA nº 490, de 16 de novembro de 2018, e Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

Indicação de marca ou modelo

4.3. Não se aplica à pretendida contratação.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.4. Não se aplica à pretendida contratação.

Da exigência de amostra

4.5. Não se aplica à pretendida contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.6. A exigência de **Carta de Solidariedade** emitida pelo fabricante, a ser apresentada pelo licitante vencedor, justifica-se pela necessidade de garantir a plena execução do objeto e a segurança do erário.

Diferente de bens de consumo comum, veículos demandam uma cadeia logística complexa que envolve não apenas a entrega física, mas a manutenção da garantia de fábrica e o suporte técnico especializado por longo período.

A medida fundamenta-se nos seguintes pontos:

Garantia de Entrega: Assegura que o fabricante tem conhecimento da venda e se compromete com o fornecimento do bem, mitigando o risco de o licitante (revendedor) não conseguir honrar o prazo por falta de cota ou questões financeiras junto à montadora.

Continuidade do Suporte: Garante que a rede de assistência técnica autorizada prestará o suporte necessário, independentemente de eventuais problemas operacionais ou extinção da empresa contratada durante o prazo de garantia.

Mitigação de Riscos: A solidariedade entre fabricante e revendedor, prevista no art. 41, IV da Lei 14.133/2021, minimiza prejuízos à Administração Pública em caso de inadimplência contratual, transferindo a responsabilidade pela execução ao fabricante.

Ressalta-se que a exigência será feita apenas ao **licitante classificado em primeiro lugar**, não atuando como barreira à competitividade na fase de lances, mas sim como critério de aceitabilidade da proposta e garantia de exequibilidade."

Subcontratação

4.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da garantia

4.9. Os veículos deverão possuir no mínimo 5 (cinco) anos de garantia pelo fabricante, contados a partir da data de efetivo recebimento.

4.9.2. Os bens a serem adquiridos são considerados "comuns" pois enquadram-se na classificação nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21:

"bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado".

4.9.3. A Contratada deverá possuir, sob as penas da lei, qualificação técnica e condições operacionais necessárias a entregar os objetos da contratação;

4.9.4. Atender às normas e exigências regulamentares relacionadas a esse tipo de serviço;

4.9.5. Entrega dos serviços e equipamentos em pleno funcionamento em equivalência

a necessidade do órgão.

4.9.6. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, em remessa única, após a assinatura do contrato.

5.2. O veículo deve ser entregue acompanhado de documentação que comprove a **garantia integral do fabricante** e a existência de assistência técnica autorizada na região, independentemente de o fornecedor ser concessionário, distribuidor ou revendedor qualificado.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. O bem deverá ser entregue entre 08hs às 17hs, em dias úteis, no seguinte endereço, Sede do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso - CRC-MT, situado na Rua 5, Quadra 13, Lote 2, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT – CEP: 78.049-916, aos cuidados dos Gestores/Fiscais designados pela Administração do CRCMT, sem que isto implique acréscimos no preço constante na proposta.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual do bem é de, no mínimo, 05 (cinco) anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5.1. Deverá constar junto com a proposta de preço, rede de assistência técnica autorizada do fabricante, (nome, endereço e telefone), devendo obrigatoriamente ter uma localizada na Grande Cuiabá e/ou Várzea Grande, para garantir as manutenções preventivas e/ou corretivas, durante o período de garantia.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9.1. Os componentes fornecidos pela contratada durante a vigência da garantia deverão atender as especificações de peça de reposição original, a luz da definição da NBR 15296.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição das peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

5.10.1. O prazo indicado no subitem 5.10., durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.10.2. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

São obrigações do CONTRATADO:

6.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções

resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- c) d) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- d) e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

6.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

6.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

6.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta.

6.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

6.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

6.1.14. Entregar o veículo acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português com as taxas de emplacamento, licenciamento e Seguro Obrigatório - DPVAT pagos, com os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRV/CRLV) e com o pagamento do frete, tributos, encargos sociais e quaisquer outras despesas que incluam ou venham a incidir no preço proposto.

6.1.14.1. O CRC-MT, por ser Autarquia Pública Federal possui imunidade de impostos, devendo o contratado requerê-los junto ao DETRAN/MT, quando da emissão dos documentos.

6.1.14.2. Deverá ser entregue emplacado, junto ao Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Mato Grosso (DETRAN/MT), em nome do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso - CRCMT.

6.1.15. Fornecer o objeto proposto nas condições estipuladas na proposta e neste Termo de Referência.

6.1.16. Em caso de substituição do veículo, correrá à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega.

- 6.1.17. Garantir que todos os componentes (itens de série e opcionais) do veículo sejam novos, sem uso, bem como estarem em linha de produção anual do fabricante.
- 6.1.18. Fornecer o veículo com todos os itens obrigatórios internos e externos, de acordo com as normas vigentes.
- 6.1.19. Não substituir itens de fábrica, que fazem parte da série do veículo a ser fornecido, por itens de qualidade inferior.
- 6.1.20. Dispor de assistência técnica, a qual deverá ser prestada nas concessionárias autorizadas pelo fabricante.
- 6.1.21. Os serviços de assistência técnica ao veículo adquirido deverão ser prestados por profissionais especializados, pelo período da garantia, contados do recebimento definitivo do veículo.
- 6.1.22. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão.

São obrigações do CONTRATANTE:

- 6.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 6.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.2.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 6.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 6.2.4. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 6.2.5. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 6.2.6. Cientificar a Assessoria Jurídica do CRCMT para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 6.2.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 6.2.7.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 6.2.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 6.2.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.5.1. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos

que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.4. Multa:

8.2.5. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

8.2.6. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.7. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da

Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

9.1. O bem será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, conforme artigo 74 do Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CRCMT.

9.2. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo

da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias, para fins de liquidação, na forma desta seção.

9.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** O prazo de validade;
- b)** A data da emissão;
- c)** Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** O período respectivo de execução do contrato;
- e)** O valor a pagar; e
- f)** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

9.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

9.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

9.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

9.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

Antecipação de pagamento

9.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

9.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

9.25.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

9.26. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

9.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

9.30. Não haverá a exigência de cláusula de reajuste dos preços, no período de vigência da contratação.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial,

agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116 de 2021), ou de sociedade simples;

10.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

10.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

10.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

10.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

10.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados que caracterizem a entrega - por parte da contratada - de, no mínimo, 50% do quantitativo ora contratado.

10.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.27. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.28. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971

10.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107

10.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a atada assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões

seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.29.7. A última auditoria contábil e financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Disposições Gerais Sobre Habilitação

10.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. Conforme previsto no artigo 37 do Regulamento de Implementação da Lei nº 14.133, do CRCMT, o valor estimado desta contratação será de **R\$ 546.575,50**.

11.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Indicação da dotação orçamentária:

Programa nº 05: Suporte e Apoio a Atividades Fins;

Projeto nº 5011: Aquisição de veículos;

Rubrica 6.3.2.1.03.01.005 – Veículos.

13. PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao § 2º do art. 8º da Lei nº 12.527/2011.

14. PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE

14.1. Quaisquer informações relativas à presente contratação somente podem ser dadas ao conhecimento de terceiros, inclusive através dos meios de publicidade disponíveis, após autorização, por escrito, do Contratante.

14.1.1. Para os efeitos desta Cláusula, deve ser formulada a solicitação, por escrito, ao Contratante, informando todos os pormenores da intenção da Contratada, reservando-se, ao Contratante, o direito de aceitar ou não o pedido, no todo ou em parte.

15. OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

15.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização

administrativa, civil e criminal.

15.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

15.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

15.4. A Contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo Contratante.

15.5. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

16. VIGENCIA

16.1. O Termo de Contrato terá vigência por 90 (noventa) dias, período este que abarque a entrega, liquidação e pagamento.

17. CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. FORO.

18.1. É eleito o Foro da Justiça Federal em Cuiabá, Seção Judiciária de Mato Grosso para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

19. RESPONSÁVEIS.

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Ademir Delise Sobrinho

Integrante

Edinalva Mendes do Nascimento Carvalho

Integrante

Simone da Silva Machado

Integrante

De acordo.

Jonas Paz de Barros Clementino

Diretor Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Paz de Barros Clementino, Diretor Executivo**, em 10/06/2026, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone da Silva Machado de Oliveira, Auditora**, em 10/06/2026, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edinalva Mendes do Nascimento Carvalho, Auditora**, em 10/06/2026, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1403083** e o código CRC **EE285C55**.
